

MINHAS PROPOSTAS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



PARA ILUMINAR SÃO PAULO
DEPUTADA ESTADUAL
NEON CUNHA 13913



QUE LUZ É ESSA?

Sou herdeira de minha mãe, uma trabalhadora doméstica com coração de poeta. Ela dizia que, quando nasci, viu o céu brilhar e mudar de cor. Cresci entendendo essa luz como herança: a capacidade de reconhecer vida e dignidade onde o mundo tantas vezes escolhe não enxergar. Sou uma mulher negra, ameríndia e transgênera, nascida em Belo Horizonte e criada em São Bernardo do Campo. Minha primeira formação foi na faxina, acompanhando minha mãe, mas minha trajetória atravessa, também, mais de 40 anos de serviço público, a redemocratização, as lutas do ABC e a atuação independente nos movimentos de mulheres negras e LGBTQIAPN+.

Em 2016, reivindiquei na Justiça o direito de alterar meu nome e gênero nos documentos sem ser submetida às avaliações médicas e aos procedimentos abusivos então exigidos das pessoas trans. A decisão favorável se tornou um marco e ajudou a abrir caminho para o reconhecimento da identidade de pessoas trans e travestis sem a exigência de diagnósticos e laudos médicos. Naquele mesmo ano, fui a primeira pessoa transgênera a discursar na Organização dos Estados Americanos, a OEA, a convite do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Minha trajetória também passa pela publicidade, pela arte, pela educação e pela moda, mas é marcada, sobretudo, por uma convicção: a transição não diz respeito apenas às pessoas trans. A sociedade também precisa transicionar, abandonar estruturas que desumanizam e assumir responsabilidade pelo futuro que deseja construir.

POR QUE A POLÍTICA?

Nasci em Belo Horizonte, em janeiro de 1970, e cresci em São Bernardo do Campo. Vivi a transição da ditadura para a democracia, a força dos movimentos sindicais do ABC, as cenas culturais de rua e a organização dos movimentos de mulheres negras e LGBTQIAPN+. Conheço a potência da moda, o trabalho invisibilizado das costureiras e o cotidiano das trabalhadoras domésticas, servidoras públicas e mulheres periféricas.

Essa história me ensinou que São Paulo não é um estado sem recursos, inteligência ou capacidade. É um estado que pode muito mais do que oferece hoje à maior parte de sua população. Pode garantir renda e moradia sem esmagar famílias; pode fazer o SUS chegar sem transformar espera em abandono; pode

proteger mulheres antes que a violência vire morte; pode tratar famílias atípicas e pessoas cuidadoras como sujeitos de direitos; pode oferecer recomeço a quem perdeu trabalho, casa, saúde ou oportunidade.

Também aprendi que direitos não sobrevivem sozinhos. Precisam de orçamento, fiscalização e instituições que não estejam capturadas por interesses privados ou pelo crime organizado. Política é decidir quem o Estado enxerga, onde coloca seus recursos, quem fiscaliza o poder e quais futuros considera possíveis.

O QUE PRETENDO?

Desejo levar à Assembleia Legislativa a voz de trabalhadoras como minha mãe, como eu e como tantas pessoas que sustentam suas famílias e comunidades. Quero honrar as sementes plantadas por Marielle Franco e por mulheres, especialmente negras e indígenas, que abriram caminhos antes de nós. E quero fazer isso sem reduzir nossa política a um conjunto de identidades: a experiência de quem foi colocado à margem precisa ajudar a melhorar as políticas para toda a população.

Pretendo transformar o **Bem Viver** em orientação concreta para a ação pública. Isso significa defender transporte digno, saúde integral, educação pública de qualidade desde a primeira infância, creche, moradia, trabalho, renda, alimentação, cultura, cuidado e proteção às diferentes configurações familiares. **Bem Viver**, para mim, é criar condições para que as pessoas não apenas sobrevivam, mas possam viver com dignidade, segurança, tempo, pertencimento e possibilidade de futuro.

Irei construir um mandato que amplie direitos já conquistados, enfrente retrocessos, fiscalize o Governo do Estado, defenda o patrimônio público e dispute orçamento para aquilo que realmente muda a vida das pessoas. Uma deputada estadual não governa sozinha, mas pode legislar, convocar autoridades, investigar falhas, cobrar transparência e construir majorias para novas políticas. **Pretendo usar cada um desses instrumentos para transformar o que hoje permanece invisível em prioridade pública.**

E quero disputar uma ideia simples: **dignidade não é luxo**. É ter renda suficiente para viver, uma casa onde permanecer, saber quando o atendimento de saúde vai chegar, ter proteção quando a vida corre risco, poder cuidar de quem se ama sem empobrecer, estudar, trabalhar, envelhecer, recomeçar e existir sem constrangimento. Minha candidatura é uma convocação coletiva para transformar **Justiça, Reparação e Bem Viver** em direito,

orçamento, proteção e dignidade.

**NEON CUNHA 13913 PARA ILUMINAR SÃO PAULO: FAZER O
ESTADO ENXERGAR MELHOR. CUIDAR MELHOR E RESPONDER
MELHOR À VIDA REAL DA NOSSA GENTE.**

UM PROGRAMA PARA A VIDA CONCRETA

Este programa parte dos problemas que já atravessam o cotidiano dos paulistas e das possibilidades reais de atuação do Estado. As propostas combinam ampliação de direitos, fiscalização, defesa de políticas públicas, reformas institucionais e novas respostas para problemas que São Paulo ainda trata como inevitáveis.

O **Bem Viver** orienta esse programa como princípio político: garantir que as pessoas não apenas sobrevivam, mas possam viver com dignidade, segurança, cuidado, tempo, pertencimento e possibilidade de futuro. Isso significa colocar a vida concreta no centro das decisões públicas — o trabalho, a renda, a saúde, a educação, a moradia, a alimentação, o território, os vínculos comunitários e as condições de existência de quem historicamente foi deixado à margem.

Quatro compromissos organizam as prioridades materiais do mandato. Eles traduzem **Justiça, Reparação e Bem Viver** em ações concretas, orçamento, proteção e direitos. Ao final, um capítulo específico trata da própria qualidade do Estado: transparência, participação, integridade e enfrentamento à captura das decisões públicas.

1. Trabalho, renda, moradia e tempo

Autonomia econômica, custo de vida, aluguel, transporte, alimentação e valorização de quem trabalha.

2. Saúde, cuidado e famílias

SUS, filas, saúde integral, famílias atípicas, pessoas cuidadoras, envelhecimento e deficiência.

3. Segurança, direitos e proteção

Feminicídio, crime patrimonial, câmeras corporais, crime organizado, direitos humanos e proteção a grupos ameaçados.

4. Educação, oportunidades, cultura e recomeço

Educação pública, trabalho 50+, direito ao nome, população em situação de rua, cultura e território.

**TRANSFORMAR PRESENÇA EM REPRESENTAÇÃO.
REPRESENTAÇÃO EM ORÇAMENTO E ORÇAMENTO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

1. Trabalho, renda, moradia e tempo

São Paulo funciona porque milhões de pessoas trabalham, cuidam, produzem, circulam e empreendem todos os dias. Ainda assim, para muita gente o salário desaparece entre aluguel, comida, transporte e cuidado. Autonomia não é apenas ter emprego: é conseguir viver com o que se ganha e ter tempo para a própria vida.

★ Renda Básica Paulista

Construir em São Paulo um chão de renda que seja direito, não favor.

Já tramita na ALESP uma proposta de Política Estadual de Renda Básica de Cidadania, ligada à trajetória histórica de Eduardo Suplicy. Neon trabalhará por sua aprovação e aperfeiçoamento, com implantação progressiva, integração com benefícios existentes e expansão conforme capacidade fiscal. O horizonte é simples: ninguém deveria cair abaixo de um piso mínimo de dignidade por perder emprego, renda ou proteção familiar.

Começar por famílias em maior vulnerabilidade sem abandonar o horizonte de universalização.

Integrar benefícios e cadastros para reduzir burocracia e multiplicação de portas de entrada.

Garantir transparência de custos, resultados e critérios de expansão.

★ Aluguel Digno Paulista

Moradia não pode significar entregar uma parcela insustentável da renda apenas para permanecer onde se vive.

A lei civil dos contratos de locação é federal, mas o Estado possui instrumentos próprios de política habitacional. São Paulo já opera fundos habitacionais e programas de auxílio-aluguel. Neon defenderá uma política estadual voltada a famílias que conseguem pagar aluguel, mas são excluídas por fiador, caução, seguro caro ou comprometimento excessivo da renda.

★ Piso Paulista valorizado

Se São Paulo produz mais riqueza, o trabalho paulista precisa valer mais.

O piso salarial paulista alcança dezenas de categorias sem piso definido em lei federal ou negociação coletiva, entre elas trabalhadoras domésticas, cuidadores, trabalhadores de limpeza, costura e serviços. Neon defenderá reajustes com ganho real e

uma política permanente de valorização acima do mínimo nacional, pressionando o Executivo e construindo maioria na ALESP.

★ Herança mais justa

Pequenas heranças e patrimônios multimilionários não devem receber o mesmo tratamento.

São Paulo ainda aplica alíquota uniforme no imposto sobre heranças e doações. Neon defenderá progressividade efetiva, com proteção para pequenas transmissões e alíquotas maiores para grandes patrimônios, dentro dos limites constitucionais. O objetivo é tornar o sistema mais justo sem penalizar a transmissão da moradia familiar e de patrimônios modestos.

★ Transporte para recomeçar

Procurar trabalho também custa dinheiro.

O Estado já concede gratuidade temporária em trens e metrô para parte das pessoas desempregadas. Neon defenderá ampliação e simplificação do benefício, inclusive para quem vinha da informalidade e hoje não consegue comprovar demissão por carteira assinada. Também fiscalizará qualidade, tarifas e obrigações das concessionárias e será oposição a privatizações que entreguem patrimônio público sem melhoria comprovada do serviço.

★ Comida boa e economia local

Segurança alimentar também é política econômica.

Fortalecer Bom Prato, restaurantes populares, cozinhas solidárias e políticas de segurança alimentar, ampliando compras da agricultura familiar, cooperativas, produção quilombola e pequenos fornecedores. Comida popular precisa ser acessível, nutritiva e digna - não uma política de restos.

Outros compromissos

★ Apoiar o fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem redução salarial como agenda nacional, articulando sindicatos, trabalhadores e bancada federal.

★ Criar políticas de requalificação e recolocação para pessoas 50+, enfrentando o etarismo no mercado de trabalho.

★ Fortalecer cooperativas, catadoras, ambulantes, trabalhadoras domésticas, cuidadoras e pequenos negócios com crédito, formação, infraestrutura e compras públicas.

★ Reconhecer moda, costura e produção periférica como cadeia econômica e cultural, apoiando produção local e fiscalizando exploração e trabalho análogo à escravidão.

★ Fazer valer a legislação estadual contra discriminação por racismo, orientação sexual, identidade de gênero e racismo também no emprego, no consumo, nos serviços e na moradia.

★ Fortalecer a fiscalização sobre empresas que recebem contratos, incentivos ou benefícios do Estado, cobrando cumprimento da legislação trabalhista, condições dignas de trabalho e enfrentamento à discriminação e à precarização, em articulação com os órgãos responsáveis quando a competência for federal.

★ Vincular isenções e incentivos fiscais estaduais a contrapartidas sociais, como geração e manutenção de empregos, respeito aos direitos trabalhistas, igualdade salarial, diversidade nas contratações e investimento nos territórios onde as empresas atuam. Benefício público precisa produzir retorno público.

★ Ampliar o alcance e a divulgação das políticas de renda básica, com busca ativa das famílias elegíveis, integração de cadastros, simplificação do acesso e campanhas públicas para que ninguém deixe de receber um direito por falta de informação ou excesso de burocracia.

2. Saúde, cuidado e famílias

Defender a família é garantir que ela tenha condições de cuidar. Isso vale para uma mãe solo, uma avó que cria netos, um casal homoafetivo, uma família extensa, uma pessoa que cuida de um parente com deficiência ou a família chamada de “tradicional”. Família não é um desenho único: é vínculo, responsabilidade e cuidado. E o Estado precisa dar condições para que esse laço prospere de forma saudável.

★ Justiça reprodutiva e direito de decidir

Saúde reprodutiva deve ser tratada como direito e questão de saúde pública.

Neon defenderá publicamente a descriminalização e a legalização do aborto como agenda nacional de saúde pública, autonomia e justiça reprodutiva, articulando movimentos sociais, entidades de saúde e a bancada federal. No âmbito estadual, atuará para garantir que os direitos já previstos em lei sejam efetivamente cumpridos no SUS paulista.

Fila Aberta do SUS

Quem espera atendimento tem direito de saber o que está acontecendo.

Todo paciente da rede estadual deve conseguir acompanhar sua solicitação e entender a fila: data de entrada, etapa, tempo médio, critérios de prioridade e canal de resposta. Painéis públicos por região e especialidade também permitem identificar onde faltam profissionais, exames e capacidade de atendimento.

★ Direito individual de acompanhar a própria solicitação com linguagem clara.

★ Painéis públicos por região, especialidade e procedimento, preservando dados pessoais.

★ Fiscalização de metas, contratos e capacidade instalada a partir dos tempos reais de espera.

Renda Paulista do Cuidado

Ninguém deveria empobrecer porque cuida de quem ama.

Famílias atípicas, cuidadoras de pessoas com deficiência, doenças raras, alto grau de dependência ou demências muitas vezes perdem renda porque alguém precisa deixar ou reduzir o trabalho. Neon defenderá uma política estadual que reconheça o cuidado intensivo como questão econômica e social.

★ **Benefício estadual, condicionado a renda e intensidade do cuidado, para responsáveis em situações de alta dependência.**

★ **Serviços de respiro do cuidado e centros-dia para que cuidadoras e cuidadores possam trabalhar, estudar, ir ao**

médico ou descansar.

★ **Saúde mental, orientação jurídica e apoio à autonomia das famílias.**

★ **Reconhecimento de todas as configurações familiares nos serviços e benefícios públicos.**

Saúde que reconhece quem você é

Universalidade exige cuidado sem racismo, LGBTfobia, capacitismo ou patologização.

O mandato trabalhará para fortalecer a saúde integral da população negra, das mulheres e da população LGBTQIAPN+. Para pessoas trans e travestis, isso significa regionalizar ambulatórios, garantir continuidade da hormonização e medicamentos, enfrentar filas do Processo Transsexualizador, qualificar saúde transmasculina e assegurar o uso do nome social em toda a rede.

★ **Fortalecer a Política de Saúde da População Negra e enfrentar desigualdades na saúde materna e no atendimento.**

★ **Garantir acesso sem constrangimento aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e ao aborto legal nos casos**

previstos em lei.

★ **Garantir dignidade menstrual a todas as pessoas que menstruam.**

★ **Produzir dados com recortes de raça, território, deficiência, gênero e identidade, com proteção de privacidade.**

Saúde mental em liberdade

Cuidar não é isolar.

Defender CAPS, atenção territorial, redução de danos e luta anti-manicomial. Fiscalizar contratos de acolhimento e internação e impedir que a falta de rede pública seja substituída por institucionalização sem controle. O mandato dará atenção especial ao adoecimento relacionado ao trabalho, assédio e sobrecarga de servidores, profissionais de saúde, educação e cuidado.

Envelhecer com autonomia

Ampliar centros-dia, atenção domiciliar, convivência, prevenção da violência e apoio às famílias cuidadoras; fiscalizar instituições de longa permanência e garantir respeito à identidade, autonomia e vínculos afetivos de pessoas negras, com deficiência e LGBTQIAPN+ idosas.

Vida independente para pessoas com deficiência

O mandato defenderá acessibilidade física, comunicacional, digital e atitudinal, educação inclusiva, tecnologias assistivas, mobilidade, acesso ao trabalho e participação direta das pessoas com deficiência nas decisões. Essas políticas deverão reconhecer que o capacitismo não atua sozinho: **raça, gênero, território e renda também determinam quem consegue acessar diagnóstico, tratamento, escola, trabalho, transporte e proteção social.**

Neon defende atenção específica às pessoas negras com deficiência, especialmente mulheres, crianças, jovens e moradores das periferias, enfrentando o racismo institucional nos serviços públicos e produzindo dados que permitam identificar desigualdades de acesso. Famílias atípicas precisam ser tratadas como sujeitos de direitos, e não apenas como suporte informal de um sistema que não chega.

Outros compromissos

★ **Apoiar cooperação estadual para ampliar creches e horários compatíveis com a vida de famílias trabalhadoras, respeitando a competência municipal na educação infantil.**

★ **Valorizar trabalhadores da saúde e do cuidado e melhorar condições de trabalho no serviço público.**

★ **Fortalecer políticas de proteção integral de crianças e adolescentes, com prevenção a abuso, violência, racismo e discriminação.**

★ **Garantir que serviços públicos reconheçam famílias homoafetivas, redes de afeto e outras configurações familiares em cadastros, visitas, decisões clínicas e políticas de cuidado.**

3. Segurança, direitos e proteção

Segurança é conseguir voltar para casa sem medo e confiar que o Estado vai proteger sem abusar. São Paulo precisa responder ao aumento da violência contra mulheres, ao mercado de celulares roubados, à presença do crime organizado em cadeias econômicas e aos riscos vividos por pessoas negras, LGBTQIAPN+, comunidades de terreiro e moradores de territórios vulneráveis. Uma política de segurança forte combina proteção, investigação, inteligência, prevenção e controle do uso da força.

Rede Paulista de Proteção às Mulheres

Proteção precisa chegar antes da violência se repetir.

São Paulo tem uma ampla rede de Delegacias de Defesa da Mulher, mas uma parcela pequena funciona 24 horas. Neon defenderá expansão territorial do atendimento integral, começando pelas regiões com maior incidência de violência, com equipes especializadas e conexão rápida com saúde, assistência, abrigo, habitação e medidas protetivas, além da ampliação da Ronda Maria Penha.

★ **Delegacia 24 horas. Ampliar e regionalizar Delegacias de Defesa da Mulher e garantir atendimento qualificado também nas delegacias comuns.**

★ **Fortalecer abrigos, casas de acolhimento, atendimento psicossocial, orientação jurídica e auxílio para mulheres em saída de situações de violência.**

★ **Fiscalizar tempo de atendimento, cumprimento de medidas protetivas, contratos e orçamento da política estadual de enfrentamento à violência.**

★ **Integrar segurança, saúde, assistência social, Defensoria, Ministério Público e Judiciário para reduzir a peregrinação da vítima entre serviços.**

★ **Garantir atendimento com recorte racial, territorial, de deficiência, orientação sexual e identidade de gênero, sem discriminação ou revitimização.**

★ **Fortalecer políticas de autonomia econômica para mulheres em situação de violência, porque romper uma relação violenta também depende de renda, moradia e rede de apoio.**

Medida protetiva precisa virar proteção real

Uma decisão judicial não pode ser o começo de outra peregrinação.

A concessão da medida protetiva deve acionar uma rede coordenada: avaliação de risco, orientação jurídica, saúde, apoio psicossocial, proteção dos filhos, auxílio-aluguel quando necessário e acolhimento seguro. O Estado já possui auxílio-aluguel para mulheres com medida protetiva; o desafio é integrar os serviços e reduzir o peso burocrático sobre a vítima.

★ Atendimento integral a mulheres cis e trans.

★ Integração com auxílio-aluguel e políticas de autonomia econômica.

★ Fluxo específico para alto risco e descumprimento de medida protetiva.

Câmeras corporais sem retrocesso

Controle do uso da força protege o cidadão e o policial que age dentro da lei.

Neon defenderá cobertura efetiva das câmeras corporais, acionamento confiável, preservação das imagens, auditoria e transparência. A política precisa ser tratada como instrumento de segurança e produção de prova, e não como obstáculo à atividade policial.

Celular usado tem que ter procedência

Combater roubo também é desmontar o mercado que transforma aparelho roubado em dinheiro.

O SP Mobile já cruza IMEI e boletins de ocorrência. Neon defenderá o próximo passo: rastreabilidade do comércio profissional de celulares e peças usadas, com registro de origem, consulta de restrição e responsabilização administrativa de estabelecimentos que alimentem a receptação. Plataformas digitais também devem colaborar com mecanismos de verificação e retirada rápida de anúncios suspeitos, dentro das competências legais.

Crime organizado: seguir o dinheiro

O crime organizado também opera com CNPJ, patrimônio, logística e estruturas financeiras.

Investigações recentes sobre combustíveis e outras cadeias econômicas mostraram que as facções podem usar empresas legais, sonegação, lavagem e estruturas financeiras para ampliar poder. Neon defenderá a capacidade permanente do Estado para atingir a economia do crime, com integração entre Polícia Civil, inteligência, perícia, Fazenda, PGE, Ministério Público e órgãos federais.

★ Fortalecer investigação patrimonial, perícia e inteligência financeira.

★ Acompanhar recuperação de ativos e destinação dos recursos apreendidos, preservado o sigilo das investigações.

★ Fiscalizar áreas econômicas sensíveis sem criminalizar trabalhadores ou pequenos empreendedores que atuam legalmente.

Terreiro é território protegido

Liberdade religiosa inclui o direito de praticar religiões de matriz africana sem medo.

Criar protocolos de resposta a ataques, ameaças e destruição de terreiros, melhorar o registro do racismo religioso e articular segurança, patrimônio, cultura e defesa de direitos. Comunidades de terreiro devem participar das políticas que afetam seus territórios.

A Lei 10.948 precisa funcionar

São Paulo tem uma legislação pioneira contra discriminação LGBT. Neon defenderá sua aplicação efetiva, com divulgação dos canais, apuração das denúncias, transparência das sanções e capacidade real de resposta em emprego, comércio, serviços e locação de imóveis. O mesmo compromisso vale para o combate ao racismo, capacitismo, aporofobia e violência política.

Enfrentamento à violência política de gênero e raça

Quando uma mulher negra, uma pessoa trans, uma liderança periférica ou uma defensora de direitos humanos é atacada por ocupar a política, a violência pretende afastar comunidades inteiras dos espaços de decisão. O mandato trabalhará por canais de denúncia, proteção e investigação e atuará em rede para garantir respostas rápidas.

4. Educação, oportunidades, cultura e recomeço

Nenhuma pessoa deve ser reduzida ao pior momento da própria vida. São Paulo tem universidades, Etecs, Fatecs, cultura, empresas e capacidade de investimento. Essa infraestrutura precisa abrir portas reais para jovens, trabalhadores idosos, pessoas trans, população negra, pessoas com deficiência, quem deixou a escola e quem precisa reconstruir a vida depois de perder emprego, casa ou vínculos.

Escola pública que abre caminho

Professor valorizado, aprendizagem, formação técnica, cultura e permanência.

Neon defenderá carreira e condições de trabalho dos educadores, recuperação da aprendizagem, EJA, expansão de Etecs e Fatecs, permanência estudantil, cultura e esporte. Será contra a militarização da escola e a favor de equipes, educadores e oportunidades capazes de enfrentar violência e abandono escolar.

★ Fiscalizar a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 sobre história e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas.

★ Combater racismo, machismo, capacitismo, bullying e LGBTfobia; garantir

nome social e permanência de estudantes trans.

★ Garantir educação inclusiva e apoio a estudantes com deficiência e famílias atípicas.

Direito ao nome e à identidade

O direito reconhecido no papel precisa valer em todos os balcões do Estado.

São Bernardo do Campo já incorporou o nome social à administração municipal. Na ALESP, tramita proposta de gratuidade da retificação para pessoas trans em situação de vulnerabilidade, associada à trajetória de Neon. O mandato defenderá sua aprovação e uma política estadual para que a atualização legal de nome e gênero seja refletida nos sistemas públicos estaduais sem constrangimento e sem repetição desnecessária de procedimentos.

★ Gratuidade para pessoas em situação de vulnerabilidade.

★ Atualização integrada de cadastros estaduais, com proteção do dado anterior.

★ Fiscalização do uso do nome social em saúde, educação, segurança, universidades e demais serviços estaduais.

Recomeço 40+

Experiência não pode virar condenação ao desemprego.

Neon defenderá uma agenda estadual de atualização tecnológica, requalificação e intermediação para trabalhadores 40+ que perdem emprego ou precisam mudar de área. Etecs, Fatecs, PATs e empresas que recebem incentivos estaduais podem formar uma rede de recomeço profissional.

Proteção, Cuidado e Moradia

Para sair da rua, não basta entregar uma chave.

Pessoas em situação de rua vivem realidades muito diferentes, muitas vezes atravessadas por violência, sofrimento mental, dependência, aliciamento e ruptura de vínculos. Neon defenderá uma política estadual que combine proteção, cuidado, moradia e reconstrução da autonomia, respeitando as necessidades de cada pessoa.

Moradia Primeiro, locação social, moradia assistida e acolhimento protegido, conforme cada situação.

Integração entre habitação, CAPS, assistência social, documentação, trabalho e renda.

Proteção específica para mulheres, idosos, pessoas com deficiência e população LGBTQIAPN+ expostas à violência e exploração.

Segurança pública voltada ao combate ao tráfico, aliciamento e redes de exploração, sem criminalizar a população em situação de rua.

Socioeducação para recomeçar

Responsabilizar não pode significar abandonar o futuro.

Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas continuam sendo sujeitos de direitos. A Fundação CASA deve garantir escolarização, formação profissional, saúde, cultura, esporte, acompanhamento psicossocial e condições reais de reconstrução de projetos de vida. O mandato de Neon fiscalizará a política

socioeducativa estadual para que a internação seja, como determina o ECA, excepcional e orientada pela proteção integral e pela reinserção social.

Universidade para entrar, permanecer e concluir

O acesso só vira oportunidade quando existe condição para permanecer.

São Paulo tem universidades estaduais, Etecs e Fatecs capazes de transformar trajetórias, mas entrar não basta. Neon defenderá uma política de permanência estudantil que enfrente as desigualdades de renda, raça, território, deficiência, gênero e responsabilidades de cuidado.

★ Ampliar bolsas de permanência, alimentação, moradia estudantil, transporte e acesso digital.

★ Fortalecer políticas de permanência nas universidades estaduais e nas Fatecs, com transparência sobre demanda, orçamento e atendimento.

★ Garantir acessibilidade e tecnologias assistivas para estudantes com deficiência.

★ Criar respostas para estudantes que são mães, pais ou responsáveis pelo cuidado de outras pessoas.

★ Fortalecer ações afirmativas e políticas específicas de permanência para estudantes negros, indígenas, quilombolas e trans.

★ Enfrentar evasão por pobreza, discriminação ou impossibilidade de conciliar estudo, trabalho e cuidado.

Orfandade, abandono e ruptura de vínculos

Nenhuma criança ou adolescente pode perder também o futuro quando perde sua rede de proteção.

Crianças e adolescentes podem chegar à rede pública pela morte de seus responsáveis, pelo abandono, pela violência doméstica ou pela expulsão de casa — inclusive em razão de orientação sexual ou identidade de gênero. O Estado precisa responder antes que a ruptura familiar se transforme em situação de rua, evasão escolar, violência ou exploração.

★ Integrar educação, saúde, assistência social, Defensoria e sistema de garantia de direitos para acompanhar crianças e adolescentes em situação de orfandade

ou ruptura familiar.

★ Fortalecer acolhimento familiar e institucional com qualidade, acompanhamento individual e preservação de

vínculos seguros.

★ Criar atenção específica para crianças e adolescentes expulsos de casa por LGBTfobia, violência ou intolerância religiosa.

★ Garantir documentação, escola, saúde mental, alimentação e proteção de renda durante o acolhimento.

★ Preparar adolescentes para a saída do sistema de acolhimento, com moradia, formação, trabalho e acompanhamento após os 18 anos.

★ Produzir dados sobre orfandade, abandono e expulsão familiar para orientar orçamento e políticas públicas.

O ABC merece um Ibirapuera

Uma região com milhões de habitantes merece um grande parque público à altura de sua história.

O Parque Estadual Chácara da Baronesa, em Santo André, possui cerca de 341 mil m². A proteção da área remonta às mobilizações e iniciativas legais dos anos 1980; o parque estadual foi formalmente criado em 2001 e inaugurado em 2014. Ainda assim, seu potencial ambiental, cultural e de convivência está longe de ser plenamente realizado.

Neon defenderá um projeto estadual de valorização da Chácara da Baronesa como grande parque público metropolitano do ABC:

★ Garantir investimento permanente em recuperação ambiental, manutenção, segurança, iluminação e acessibilidade.

★ Ampliar equipamentos de cultura, esporte, lazer, educação ambiental e convivência.

★ Recuperar e preservar patrimônio ambiental e histórico da área.

★ Melhorar acesso por transporte público, bicicleta e circulação de pedestres.

★ Construir programação permanente com escolas, universidades, artistas e comunidades do ABC.

★ Criar mecanismos de gestão participativa com moradores e organizações da região.

★ Garantir orçamento, cronograma e transparência sobre obras e investimentos.

Cultura como trabalho e pertencimento

Descentralizar recursos culturais, reduzir burocracia e fortalecer artistas negros, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e iniciativas comunitárias. Reconhecer moda periférica, costura, samba, hip-hop, culturas tradicionais, produção do ABC e do interior como trabalho, patrimônio e possibilidade econômica.

Território, justiça climática e permanência

Quando o desastre chega, ele encontra desigualdades que já estavam ali.

Enchentes, deslizamentos, incêndios e ondas de calor atingem com mais força as periferias, os territórios negros e quilombolas e as famílias com menor renda. Mulheres, especialmente mulheres negras e chefes de família, acumulam ainda o cuidado com crianças, idosos, pessoas com deficiência e animais durante e depois das emergências. Neon defenderá uma política de justiça climática que reconheça essas desigualdades antes, durante e depois dos desastres. Justiça climática também é garantir que mulheres negras, periféricas e quilombolas não sejam sempre as primeiras a perder e as últimas a receber proteção.

★ Fiscalizar obras de prevenção, drenagem, contenção de encostas, saneamento e adaptação climática, priorizando territórios negros, periféricos, quilombolas e áreas historicamente negligenciadas.

★ Exigir mapas públicos de risco com recortes de raça, gênero, renda, idade e deficiência, para que o investimento chegue primeiro a quem está mais exposto.

★ Garantir participação de mulheres, especialmente negras, lideranças comunitárias e moradoras dos territórios no planejamento das políticas de prevenção e resposta.

★ Estruturar abrigos acessíveis e seguros, com proteção contra violência e

assédio, espaços adequados para crianças, pessoas idosas e com deficiência, respeito às diferentes configurações familiares e acolhimento de animais.

★ Criar protocolos específicos para mulheres em situação de violência, gestantes, puérperas e responsáveis pelo cuidado durante deslocamentos e emergências.

★ Proteger territórios quilombolas e comunidades tradicionais contra remoções, perda de território e abandono institucional após eventos climáticos.

★ Garantir que reconstrução, auxílio emergencial e políticas habitacionais considerem quem perdeu renda, trabalho, documentos e redes de cuidado, evitando que mulheres e famílias

negras sejam empurradas ainda mais para a precariedade.

★ Enfrentar o racismo ambiental como questão de orçamento e planejamento

urbano: não é aceitável que determinados territórios convivam por décadas com alagamento, falta de saneamento, calor extremo e ausência de infraestrutura.

Outros compromissos

★ **Fortalecer acolhimento regionalizado para pessoas LGBTQIAPN+ expulsas de casa, idosas, ameaçadas ou em situação de violência.**

★ **Combater arquitetura hostil e políticas de expulsão de pessoas em situação de rua, priorizando moradia, cuidado e reinserção.**

★ **Proteger territórios quilombolas, permanência, saneamento, cultura, infraestrutura e formas de produção.**

★ **Fortalecer proteção animal com castração, vacinação, atendimento veterinário acessível, combate a maus-tratos e resposta em desastres.**

Democracia para transformar o Estado

Representatividade não termina quando uma pessoa chega ao Parlamento. Ela começa quando essa presença redistribui poder, ilumina decisões e transforma orçamento em direito. São Paulo precisa de um Estado que não seja refém nem de grandes interesses privados que operam no escuro nem de organizações criminosas que procuram converter poder econômico em influência institucional.

Essa agenda não é um moralismo abstrato de “combate à corrupção”. É uma política de integridade, transparência, participação e capacidade estatal. Quando contratos são opacos, denúncias não são protegidas, conflitos de interesse ficam escondidos ou o crime organizado encontra espaço em cadeias econômicas legais, o resultado é menos serviço, mais desperdício e menos democracia.

Grandes contratos à luz do dia

Transparência precisa ser utilizável por uma pessoa comum.

Grandes contratos, concessões, privatizações e parcerias estaduais devem ter páginas públicas simples com valor, controladores, aditivos, metas, investimentos prometidos e realizados, indicadores de qualidade, multas aplicadas, pagamentos e responsáveis pela fiscalização.

Rastreabilidade de emendas e transferências

Cada real indicado politicamente precisa ter origem, destino e resultado visíveis.

Neon defenderá ampliação da rastreabilidade de emendas, transferências e indicações orçamentárias: quem indicou, quanto, para onde, objeto, executor, pagamento e entrega realizada. Dados devem permitir cruzar fornecedores, beneficiários e execução sem transformar transparência em um labirinto técnico.

Proteção para quem denuncia

Quem denuncia abuso, fraude ou crime organizado não pode ficar mais vulnerável que quem foi denunciado.

São Paulo já possui instrumentos de proteção ao denunciante. O mandato defenderá fortalecimento, divulgação e auditoria desses canais, com sigilo, mecanismos antirretaliação e encaminhamento independente para servidores, terceirizados, trabalhadores de empresas contratadas e cidadãos.

Conflito de interesses e porta giratória

Relações entre poder público e interesse privado precisam ser conhecidas. Neon defenderá registro público de agendas em funções sensíveis, regras de conflito de interesses, transparência sobre vínculos relevantes e quarentena quando necessária. O problema não é o Estado conversar com empresas; é a sociedade não saber quem participa de decisões que movimentam bilhões.

Privatização não acaba com a responsabilidade do Estado

Neon fará oposição a novas privatizações e concessões quando houver perda de controle público, aumento de custo, piora de acesso ou fragilidade de fiscalização. Nas concessões existentes, cobrará cumprimento de metas, investimentos e multas. Antes de novas operações de grande impacto, defenderá estudos públicos sobre tarifa, qualidade, emprego, acesso e capacidade de controle.

Uma ALESP que fiscaliza de verdade

Oposição também é produzir informação, tornar conflitos visíveis e responsabilizar quem governa. O mandato usará requerimentos de informação, audiências, convocações e articulação com Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria, universidades, imprensa e organizações sociais para acompanhar políticas, contratos e orçamento.

★ **Publicar relatórios periódicos sobre áreas com muito dinheiro, baixa transparência ou serviço ruim.**

★ **Acompanhar execução de recomendações de órgãos de controle e**

informar publicamente o que foi corrigido e o que permanece pendente.

★ **Orientar emendas por critérios públicos, redução de desigualdades territoriais e escuta social.**

Participação que influencia decisão

Participação popular precisa acontecer antes que tudo já esteja decidido. O mandato realizará escutas territoriais, consultas e devolutivas e ampliará a presença de trabalhadores, juventudes, comunidades negras, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, famílias atípicas, comunidades de terreiro e periferias na formulação de projetos e prioridades.

NOSSOS COMPROMISSOS EM UMA FRASE

Justiça, Reparação e Bem Viver são o fio que conecta todos esses compromissos: fazer o Estado enxergar, proteger e criar condições para que todas as pessoas possam existir, sonhar e realizar.

Trabalho, renda, moradia e tempo

Fazer o trabalho valer mais, ampliar a renda básica, cobrar contrapartidas de empresas que recebem benefícios públicos, reduzir o peso do aluguel e do transporte no orçamento e garantir que autonomia também signifique tempo para cuidar, descansar e viver.

Saúde, cuidado e famílias

Fazer o SUS chegar com transparência e sem discriminação, reconhecer e apoiar quem cuida, fortalecer a rede de proteção às mulheres, garantir saúde sexual e reprodutiva, defender a legalização e a descriminalização do aborto e assegurar cuidado digno a pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAPN+, idosas e a todas as configurações familiares.

Segurança, direitos e proteção

Proteger mulheres e populações mais expostas à violência, enfrentar racismo, LGBTfobia e intolerância religiosa, controlar o uso da força policial, combater o crime organizado e garantir que raça, gênero, identidade, deficiência, religião ou território nunca determinem quem o Estado protege e quem ele abandona.

Educação, oportunidades, cultura e recomeço

Garantir escola pública antirracista e inclusiva, permanência nas universidades, oportunidades para quem precisa recomeçar,

proteção a crianças e adolescentes em situação de abandono ou expulsão familiar, socioeducação com direitos na Fundação CASA, cultura descentralizada e territórios onde população negra, periférica e LGBTQIAPN+ possa aprender, criar, permanecer e construir futuro.

Democracia para transformar o Estado

Disputar orçamento, fiscalizar contratos e políticas públicas, ampliar transparência e participação popular e garantir que mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, com deficiência e moradores das periferias participem das decisões que afetam suas vidas.

Compromissos com as agendas

Este documento dialoga com princípios, propostas e compromissos construídos há décadas por movimentos e organizações que defendem direitos, democracia e justiça social. Entre as referências permanentes para a atuação do mandato estão:

- ★ **Coalizão Negra por Direitos - Quilombo nos Parlamentos;**
- ★ **Vote LGBT - Agenda para uma Política LGBT+;**
- ★ **Agenda Marielle Franco;**
- ★ **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo;**
- ★ **Carta de Compromisso das Promotoras Legais Populares de São Paulo.**

Manifesto da Cultura com Lula

Essas agendas não substituem o programa estadual, mas ajudam a garantir que a formulação de projetos, a fiscalização e o orçamento permaneçam conectados às lutas e aos conhecimentos produzidos pela sociedade civil.

Síntese política

São Paulo precisa de um Estado que reconheça a vida real da população. Um Estado que proteja sem perseguir, cuide sem controlar, fiscalize quem administra bilhões, enfrente o poder econômico quando ele tenta capturar decisões e não permita que o crime organizado se transforme em poder político ou institucional.

Nossa candidatura transforma a trajetória em compromisso e compromisso em ação pública. Queremos ocupar a Assembleia Legislativa para fazer o orçamento chegar a quem precisa, ampliar direitos, defender o que funciona, fiscalizar o que não funciona e abrir espaço para políticas que hoje parecem grandes demais apenas porque o presente oferece pouco.

Iluminar São Paulo é fazer aparecer o que foi escondido, reconhecer quem foi apagado e mostrar que a política pode voltar a ser uma ferramenta de dignidade, autonomia e futuro.

NEON CUNHA
13913
PARA ILUMINAR SÃO PAULO

Bases públicas e marcos de referência

As propostas foram estruturadas a partir de legislação, políticas existentes, dados públicos e debates em curso. Esta seleção registra algumas das principais referências e não substitui parecer jurídico, estudo fiscal ou nota técnica antes da apresentação de projetos legislativos.

★ PL 991/2025 - Política Estadual de Renda Básica de Cidadania, ALESP.

★ Lei paulista do Piso Salarial e atualização de 2026.

★ Lei 12.801/2008 - fundos estaduais de habitação e garantia habitacional.

★ Política estadual de auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica.

★ Lei paulista do ITCMD e debate sobre progressividade do imposto sobre heranças e doações.

★ Rede de Delegacias de Defesa da Mulher e dados da SSP/SP sobre funcionamento 24 horas.

★ Acordo homologado pelo STF sobre câmeras corporais da Polícia Militar de São Paulo.

★ SP Mobile e políticas estaduais de recuperação e rastreamento de aparelhos roubados.

★ Lei Estadual 10.948/2001 - penalidades por discriminação em razão de orientação sexual.

★ PL 135/2024 - gratuidade da retificação de gênero para pessoas em situação de vulnerabilidade.

★ Decreto 20.653/2019 - uso do nome social na administração de São Bernardo do Campo.

★ Política Estadual para a População em Situação de Rua e dados recentes do CadÚnico.

★ Operações integradas de combate à lavagem, sonegação e infiltração do crime organizado em cadeias econômicas.

★ Normas estaduais de transparência, integridade, proteção a denunciante, orçamento e fiscalização.

VERSÃO PROGRAMÁTICA DE TRABALHO
SETEMBRO DE 2026

Antes de compromissos fiscais definitivos
ou protocolo legislativo, propostas novas
devem passar por revisão jurídica, orçamentária
e operacional.

DEPUTADA ESTADUAL
NEON CUNHA 13913

